

Sistema público de escrituração digital: benefícios e dificuldades na visão dos operadores de contabilidade do município de João Pessoa

Public system of digital bookkeeping: benefits and difficulties according to the accounting operators in the municipality of João Pessoa

RESUMO

O governo federal do Brasil, buscando diminuir a assimetria de informação entre contribuinte e fisco, e padronizando as informações fornecidas pelos agentes, com o objetivo de melhorar a qualidade das informações solicitadas, criou o Sistema Público de Escrituração Digital (Sped). Este sistema é formado basicamente por quatro subsistemas: a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), a Escrituração Fiscal Digital (EFD), Escrituração Fiscal Digital Social (EFD-Social) e a Escrituração Contábil Digital (ECD). Assim, esta pesquisa teve como objetivo verificar quais os principais benefícios e dificuldades percebidos pelos operadores de contabilidade do município de João Pessoa derivados do Sped. A pesquisa é classificada como descritiva, tendo como população 2.547 contadores e 1.073 técnicos, sendo coletados 273 questionários. A ferramenta de coleta de dados utilizada foi um questionário que traçou o perfil socioprofissional, como também levantou benefícios e dificuldades resultantes do Sped. Na análise de dados, foi usado o Alpha de Cronbach para verificar a validade do questionário e, na apreciação dos dados, foi feita análise descritiva com o *software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) 20*, e tabulação em planilhas do *software Microsoft Office® Excel 2010*. Como principais resultados, obteve-se que a dificuldade central originada pelo Sped é a escassez de pessoal qualificado, apresentando a maior média (3,94); e o principal benefício foi que o Sped tem proporcionado aumento da melhoria da qualidade das informações fornecidas pelos contribuintes, além de resultar em novas oportunidades de emprego para estes profissionais.

Palavras-chave: Sistema Público de Escrituração Digital. Benefícios. Dificuldades. Operadores de Contabilidade.

ABSTRACT:

The Federal Government of Brazil, aiming to reduce the information asymmetry between taxpayer and Tax Authorities and also standardize the information provided by the agents in order to improve the quality of information required, has created the Public System of Digital Bookkeeping (Sped). This system is basically formed by four subsystems: Electronic Invoice (NF-e), Digital Tax Bookkeeping (EFD), Social Digital Tax Bookkeeping (EFD-Social) and Digital Accounting Bookkeeping (ECD). Therefore, the current paper aimed to verify which are the main benefits and difficulties perceived by accounting operators in the municipality of João Pessoa resulting from Sped. The research is descriptive within a population of 2,547 accountants and 1,073 technicians. 273 questionnaires were collected. The tool for data collection was a questionnaire that traced a socio-professional profile as well as collected benefits and difficulties resulting from Sped. In data analysis, Cronbach's Alpha was used to check the validity of the questionnaire and in the assessment of data was performed a descriptive analysis through the software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) 20, and the tabulation in worksheets of software Microsoft Office® Excel 2010. As the main results it was concluded that the main difficulty of Sped is the lack of qualified personnel as the highest average (3,94) and as the main benefit the fact that Sped has increased the improvement of quality in the information provided by the taxpayers besides giving new job opportunities for those professionals.

Keywords: Public System Bookkeeping. Benefits. Difficulties. Accounting Operators.

Gilberto Magalhães da Silva Filho

Mestre em Contabilidade pelo Programa Multi-institucional e Inter-regional em Ciências Contábeis UNB/UFPB/UFRN em 2015. Professor do Instituto Superior da Paraíba (IESP). Contato: Cidade Universitária, Castelo Branco, João Pessoa, PB. CEP 58051-900. E-mail: gmfcontabilidade@hotmail.com.

Paulo Amilton Maia Leite Filho

Doutor em Economia pelo Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Cidade Universitária, Castelo Branco, João Pessoa, PB. CEP 58051-900. E-mail: pmaiaf@hotmail.com.

Tarso Rocha Lula Pereira

Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e professor do Centro Universitário FACEX – UNIFACEX. Contato: Rua Orlando Silva, 2.897, Capim Macio, Natal, RN. CEP: 59080.020. E-mail: tarso.rocha@ig.com.br.

1 INTRODUÇÃO

A constante evolução tecnológica e o aumento do volume de operações das empresas levaram as autoridades tributárias, da mesma forma que as empresas, a se modernizarem tecnologicamente, com o objetivo de tornar a fiscalização mais eficiente no processo de identificação de ilícitos tributários, além de permitir um melhor relacionamento entre o fisco e os contribuintes.

Segundo Duarte (2009) um supercomputador foi adquirido por U\$\$ 100 milhões, sendo apelidado de T-Rex, e, em parceria entre a Unicamp e o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), houve a utilização de um *software* chamado Harpia (maior ave de rapina do mundo); estes são exemplos de medidas tomadas pelo governo visando combater a evasão fiscal.

No entanto, a modernização completa era impedida pela falta de padronização das informações requisitadas, uma vez que as várias declarações eram solicitadas em linguagens e formatos diversos pelas autoridades fiscais dos governos federal, estadual e municipal (AZEVEDO; MARIANO, 2009).

Visando diminuir a assimetria de informação entre contribuinte e fisco e garantir a padronização das informações fornecidas pelos agentes, com o objetivo de melhorar a qualidade das informações solicitadas, foi criado o Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), utilizando como modelo a experiência de governos eletrônicos de outros países, como Espanha, Chile e México.

Instituído pelo Decreto nº. 6.022, de 22 de janeiro de 2007, como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2007/2010 do governo federal, é formado basicamente por quatro subsistemas: a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), a Escrituração Fiscal Digital (EFD), a Escrituração Fiscal Digital Social (EFD-Social) e a Escrituração Contábil Digital (ECD).

O sistema público de escrituração digital constitui uma iniciativa integrada das administrações tributárias federal, estadual e municipal que visa à modernização sistemática do cumprimento das obrigações acessórias pelas empresas. Na prática, os contribuintes deixarão de repassar informações ao fisco em papel e adotarão os arquivos digitais (PASSOS, 2010).

Representa também, paralelamente ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, uma grande transformação na área contábil. Contudo, cabe destacar que tais mudanças vão além do simples uso de novos sistemas. O grande desafio é processar os dados empresariais gerando informações tributárias e contábeis com a velocidade e qualidade requeridas pelo fisco.

Os reflexos advindos do Sped têm impactado diversas áreas de atuação profissional e, em particular, o setor contábil, que vem sendo profundamente afetado pelo impacto das novas ferramentas computacionais e de comunicação.

Diante do exposto, a presente pesquisa busca responder ao seguinte problema: Quais os benefícios e dificuldades percebidos pelos operadores de contabilidade do município de João Pessoa resultantes do Sped?

Apesar da sua importância, ainda são poucos os estudos que tratam do Sistema Público de Escrituração Digital. Entre as pesquisas realizadas (RODRIGUES; JACINTO, 2011) analisaram os benefícios e dificuldades enfrentadas pelos profissionais contábeis; (RUSCHEL; FREZZA; UTZIG, 2011) investigaram quais os desafios e perspectivas dos profissionais contábeis frente ao Sped; (WESSLING, 2011) estudou a contribuição do SPED na gestão de informações contábeis e gerenciais; (FRANCISCO, RONCHI e MECHELN, 2008) identificaram os impactos causados pelo Sped na gestão das micro e pequenas empresas; (PETRI *et al.*, 2013) identificaram as vantagens e desvantagens do Sped; (FARIA *et al.*, 2010) investigaram os impactos da adoção do Sped nos processos operacionais; e (MENEZES, 2012) realizou uma pesquisa comparando o modelo do Sped implantado no Brasil com o de Portugal.

Desse modo, a presente pesquisa avança em relação às anteriores no sentido de verificar os impactos e benefícios percebidos nas organizações contábeis a partir de seis variáveis usadas para analisar esse reflexo, que são: Custos e Investimentos, Benefícios, Dificuldades, Qualidade da Informação, Mudança de Rotinas e Oportunidades.

É esperado que este estudo contribua no sentido de aumentar as pesquisas sobre os efeitos da implantação do Sped, podendo fornecer informações às organizações contábeis sobre as dificuldades e mudanças de rotinas advindas dessa nova sistemática. Os resultados podem servir como fonte de informação sobre processos de mudanças enfrentados por diversas empresas do ramo, auxiliando os profissionais envolvidos a se adaptarem à nova realidade e também na realização de futuras pesquisas que tratem do assunto.

O projeto Sped foi idealizado com o objetivo de promover uma interação unificada entre os fiscos, racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes e tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários (BRASIL, 2007b). O presente trabalho não visa contestar os benefícios proporcionados pelo Sped, mas sim levantar uma questão pouco debatida em trabalhos científicos que trataram do sistema, isto é, os principais impactos e benefícios percebidos nas organizações contábeis no pós-Sped.

Este artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: introdução, referencial teórico pertinente à temática pesquisada, procedimentos metodológicos, análise dos dados e considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção apresenta o histórico do Sped, objetivos e detalhamento sobre a certificação digital, usuários e benefícios. Finalizando a seção, serão destacados os estudos anteriores sobre o tema em questão.

2.1 Governo Eletrônico e o Sped

O avanço da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e o desenvolvimento da Internet nas últimas décadas têm permitido um melhor relacionamento entre o governo e a sociedade (LAYNE; LEE, 2001).

O uso dessas ferramentas possibilitou maior eficiência gerencial e aumento da qualidade dos serviços públicos. Esse processo de comunicação por parte do governo, por meio das ferramentas de TIC, recebeu a denominação de governo eletrônico.

De acordo com Moura (2004), o governo eletrônico contribui potencialmente para o estabelecimento de um modelo de Estado baseado na transparência, regulação e gerenciamento, além de ser uma ferramenta para o exercício de cidadania.

Basu (2004) define o governo eletrônico como sendo o uso da tecnologia da informação para permitir a livre circulação de informações visando melhorar o acesso e a prestação de serviços do governo para beneficiar cidadãos, empresas e funcionários.

O emprego de sistemas integrados que permitam uma melhor circulação de informações e maior interação entre o governo e o seu público auxiliado pela Internet pode se dar de várias maneiras e com objetivos distintos. Baseado no trabalho de Fang (2002), os principais tipos de e-governo são: G2B governo-empresas; G2C governo-cidadão; G2E governo-empregados; G2N governo-entidades sem fins lucrativos.

O uso das TICs para facilitar a comunicação entre o governo e cidadãos, empresas e outras organizações governamentais teve, nos últimos anos, um avanço de maneira intensa nas diversas áreas do setor público. Em relação à administração tributária, o emprego de tais tecnologias tem permitido maior eficiência na relação entre fisco e contribuinte, seja na troca de informações, seja no acesso aos diversos serviços ofertados de maneira mais ágil e com um menor custo, por meio principalmente da Internet.

Monteiro e Cavalcante (2008) afirmam que, no cenário nacional, as autoridades tributárias, nos âmbitos federal, estadual ou municipal, apresentam uma estrutura administrativa virtual bastante moderna, permitindo uma considerável comunicação entre contribuintes e governo, de modo que grande parte da administração fazendária está hoje *on-line*.

Entre as iniciativas de e-governo na área tributária podemos destacar o Sped, que contempla relacionamentos do tipo G2G, G2B, G2C e B2B, e visa fomentar o compartilhamento e a troca de informações de interesse de órgãos tributários e agências reguladoras das três esferas de governo e o registro contábil e fiscal das transações entre os agentes econômicos em meio digital (CAMPOS, 2012).

2.2 Sistema Público de Escrituração Digital

2.2.1 Histórico

Em relação às autoridades tributárias, nos últimos anos foi possível perceber que houve maior modernização e melhor uso de novas tecnologias que permitiram tais organizações atingirem seus objetivos. No caso das administrações tributárias, o foco passou a ser as informações relativas aos contribuintes, o que lhes permitiu maior fiscalização e, conseqüentemente, maior arrecadação.

A aquisição de um supercomputador no valor de U\$ 100 milhões, apelidado de T-Rex, e a utilização de um *software* chamado Harpia (maior ave de rapina do mundo), criado em parceria entre a Unicamp e o ITA (DUARTE, 2009), são exemplos de medidas tomadas pelo governo visando combater a evasão fiscal.

Nesse cenário, o Sped passou a ser desenvolvido, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, com a edição da Lei nº. 9.989/2000, sendo parte do Programa de Modernização das Administrações Tributárias – PMAT (YOUNG, 2009).

Para iniciar a padronização entre as várias esferas de governo, foi editada a Emenda Constitucional nº. 42/2003, introduzindo o inciso XXII ao artigo 37 da Constituição Federal, determinando que as administradoras tributárias da União, Estados e Municípios devem atuar de forma integrada compartilhando cadastro e informações fiscais:

XXII – as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio (BRASIL, 2003).

A criação da Emenda Constitucional nº. 42/2003 representou a base para que o Projeto Sped pudesse ser implantado no Brasil, uma vez que possibilitou a ação integrada entre as esferas de fiscalização (federal, estadual e municipal).

Duarte (2011) destaca que, para atender ao disposto na lei, foi promovido em Salvador o Encontro Nacional de Administradores Tributários (Enat).

O I Enat ocorreu em julho de 2004 e contou com a presença de membros das administrações tributárias federal, estadual, do Distrito Federal e dos municípios. De acordo com Azevedo e Mariano (2009), nesse encontro o objetivo foi buscar uma solução conjunta das três esferas do governo que permitisse maior integração e padronização e melhorasse a qualidade da informação visando à diminuição de custos. Nesse momento foram aprovados dois protocolos de cooperação técnica: o Projeto de Cadastro Sincronizado e a NF-e. Já o II Enat foi realizado em agosto de 2005 e focou a discussão na elaboração de projetos sobre o Cadastro Nacional Sincronizado e o Sped, em particular, e NF-e.

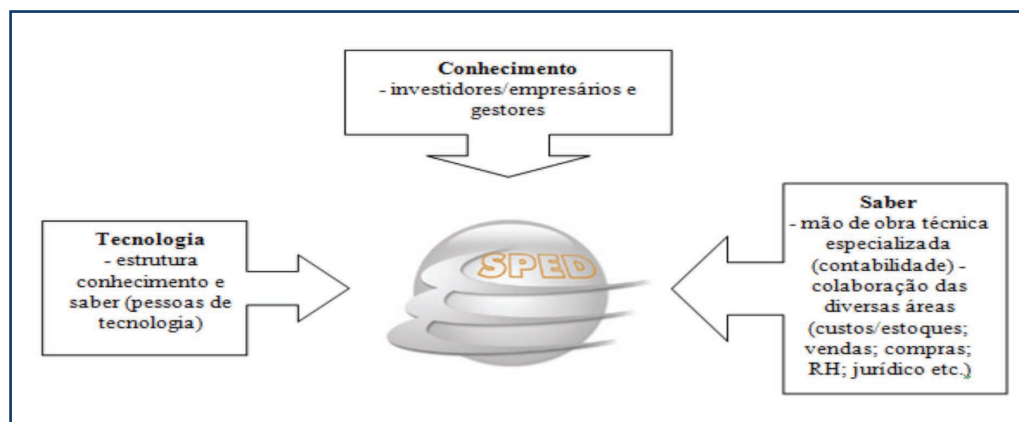
Em 2007 foi publicado o Decreto n°. 6.022, que instituiu o Sped, sendo parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2007-2010 do Governo Federal, constituindo um avanço na informatização da relação entre fisco e contribuinte (PASSOS, 2010).

Faria *et al.* (2010) definem o Sped como instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos integrantes da escrituração comercial e fiscal das empresas, mediante fluxo único e computadorizado de informações.

Nascimento (2013, p. 61) apresenta uma definição mais completa, não se atendo apenas ao significado da sigla. Segundo a autora, o Sped pode ser definido como um conjunto minimamente complexo de leis e procedimentos operacionais e sistêmicos que requer do contribuinte três competências básicas: (a) conhecimentos profundos dos investidores, empresários e gestores sobre os objetivos do sistema Sped e temáticas nele envolvidas; (b) estrutura, conhecimento e forte saber tecnológico dos usuários de tecnologia; e (c) mão de obra técnica especializada com grande conhecimento por parte dos usuários das diversas áreas da corporação, principalmente as de contabilidade tributária.

Percebe-se, com base na definição da autora, que essa nova sistemática tem reflexos na administração, nos profissionais de tecnologia da informação (TI) e de contabilidade, exigindo destes o domínio do conhecimento em torno do Sped. A Figura 1 resume as competências básicas exigidas para uma boa implantação do Sped.

Figura 1 – Competências básicas para a implantação do Sped



Fonte: Nascimento (2013, p. 107).

Desde a criação do Sped uma série de leis, portarias e convênios vem sendo editada pelas administrações federais e estaduais, visando suportar as alterações necessárias para que o Sped passe a vigorar efetivamente, sendo um processo gradativo ainda não concluído que se iniciou com o projeto da NF-e. Desde então, vários outros projetos foram criados e alguns ainda se encontram em fase de implantação, sendo formados basicamente por quatro subsistemas: a NF-e, a EFD, o e-Social e a ECD.

É esperado que, a partir de 2015, todas as empresas, independentemente do regime de tributação, estejam sujeitas ao menos a um desses sistemas de escrituração digital, com exceção dos empreendedores individuais, exigindo por parte dos diversos agentes envolvidos altos investimentos para estarem em conformidade com as práticas demandadas pelo Sped, por ser processo complexo que tem causado dúvidas quanto à sua implantação, necessitando, em muitos casos, de mudança de sistemas, investimento em capacitação de pessoal e contratação de novos profissionais.

2.2.2 Objetivos

Segundo Azevedo e Mariano (2009, p. 38), os objetivos do Sped podem ser assim divididos:

a) Promover atuação integrada dos fiscos: no Brasil existem 87 diferentes tipos de tributos cobrados nas diversas esferas do governo e mais de 100 tipos de obrigações acessórias, implicando muitas vezes informações redundantes exigidas aos contribuintes; diante disso, uniformizar as obrigações acessórias é uma necessidade, uma vez que reduz o custo de conformidade tributária para os contribuintes e permite às autoridades tributárias consultarem em uma única fonte todas as informações necessárias.

b) Racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes: diminuindo a quantidade de obrigações acessórias sem, no entanto, diminuir as informações solicitadas, o Sped propicia a entrega única do que hoje é feito em várias obrigações acessórias, centralizando-as em um único banco de dados.

c) Tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários: a presença de um banco de dados único com informações contábeis, fiscais e, em breve, relativas à folha de pagamento, permite às autoridades tributárias cruzarem informações, tornando mais ágil o processo de identificação de ilícitos tributários; a saída de mercadoria em uma empresa implica necessariamente uma entrada de mercadoria em outra; se isso não ocorre, há indício de evasão fiscal.

2.2.3 Certificação digital

Depois de validados os arquivos do Sped, estes precisam ser assinados digitalmente mediante o uso de um certificado digital. Azevedo e Mariano (2009, p. 47) definem a certificação digital como sendo “a tecnologia que provê os mecanismos de segurança capazes de garantir autenticidade, confidencialidade e integridade [...]”.

Desse modo, a assinatura digital dos documentos certifica a veracidade das informações e garante a validade jurídica aos documentos assinados digitalmente; o certificado digital é obtido junto a uma entidade certificadora segundo o Instituto de Chaves Públicas do Brasil (ICP-Brasil). São exemplos dessas entidades: Receita Federal do Brasil, Caixa Econômica Federal, Centralização de Serviços de Bancos S.A. (Serasa), entre outras.

2.2.4 Usuários

O artigo 3º do Decreto nº. 6.022/2007 (BRASIL, 2007a), com redação dada pelo Decreto nº. 7.979/2013 (2013a), elenca os seguintes usuários do Sped: a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda; as administrações tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante convênio celebrado com a Secretaria da Receita Federal; e os órgãos e as entidades da administração pública federal direta e indireta que tenham atribuição legal de regulação, normatização, controle e fiscalização dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas.

2.2.5 Benefícios

Os benefícios proporcionados pela escrituração digital são muitos, conforme o Portal do Sped na Receita Federal, estes podem ser agrupados em quatro tipos: para os contribuintes; para as autoridades tributárias; para os profissionais de contabilidade; e para a sociedade (BRASIL, 2014h).

Quadro 1 – Benefícios esperados resultantes do Sped.

AGENTE	BENEFÍCIOS
Contribuintes	<ul style="list-style-type: none"> • Redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel. • Redução de custos com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias. • Redução do tempo de escrituração dos documentos fiscais e de erros de digitação. • Redução de custos de logística.
Autoridades tributárias	<ul style="list-style-type: none"> • Uniformização das informações que o contribuinte presta às diversas unidades federadas. • Maior agilidade no processo de fiscalização. • Cruzamento de informações. • Diminuição da sonegação.
Profissionais de contabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Maior consistência e confiabilidade na emissão/escrituração de documentos fiscais. • Novas oportunidades de emprego e negócios. • Racionalização e simplificação das obrigações acessórias. • Valorização da profissão contábil.
Sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • Redução do consumo de papel. • Redução da sonegação fiscal.

Fonte: Elaboração própria, com base em Brasil.

Conforme reportado no Quadro 1, em relação aos contribuintes, os principais benefícios proporcionados pelo Sped se referem à redução de custos com a emissão e armazenamento de documentos em papel. A dispensa de impressão dos livros fiscais e contábeis, além dos gastos com a aquisição de notas fiscais em papel, implica menor custo para a emissão e armazenamento de documentos, uma vez que estarão disponíveis em formato digital.

Quanto à redução de custos com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias, diante da quantidade de informações exigidas pela escrituração digital, é esperado que, com o tempo, outras obrigações acessórias sejam dispensadas, resultando em menor custo de conformidade tributária e redução do tempo de escrituração dos documentos fiscais e de erros de digitação, ao passo que os documentos fiscais em formato digital permitem a importação dos dados pelos sistemas de controle interno das empresas.

Em relação às autoridades tributárias, a uniformidade das informações fornecidas para as diversas unidades federadas trará maior agilidade ao processo de fiscalização, permitindo o cruzamento dos dados fornecidos pelos contribuintes, tornando mais eficiente o combate à sonegação fiscal.

Na perspectiva dos profissionais de contabilidade, o Sped propicia maior consistência e confiabilidade na emissão/escrituração de documentos fiscais a partir da importação dos arquivos digitais, além de permitir redução no tempo de escrituração, exigindo desses profissionais maior atenção apenas na auditoria de tais arquivos.

O Sped também oferece novas oportunidades de emprego e negócios, por exemplo: serviços de consultoria, auditoria, educação fiscal, etc. A racionalização e a simplificação das obrigações acessórias permitem ao profissional contábil dedicar-se a atividades que agreguem maior valor à organização.

Diante disso, com o aumento da responsabilidade desse profissional frente às mudanças advindas dessa nova sistemática de troca de informações, é esperada maior valorização da profissão contábil.

Por último, são considerados os benefícios proporcionados à sociedade. A adoção do formato digital implica menor consumo de papel, refletindo positivamente sobre o meio ambiente, e com o aumento da arrecadação decorrente da diminuição da sonegação fiscal, é esperada maior quantidade de recursos disponíveis para a aplicação em políticas públicas, atendendo aos anseios da sociedade.

2.3 Estudos Anteriores

Amaro Júnior (2008) verificou o processo de implantação e os impactos tecnológicos decorrentes da NF-e nas companhias. Para isso, promoveu estudos de caso em três empresas emissoras e receptoras da NF-e e em uma de sistema de informação emissor/receptor de NF-e. A pesquisa concluiu que há a necessidade de melhor preparação e qualificação técnica das pessoas, e que houve uma redução dos custos de impressão e aquisição de papel.

Faria *et al.* (2010) fizeram uma pesquisa com o objetivo de verificar a percepção dos contribuintes em relação aos impactos da adoção do Sped nos processos operacionais e redução de custos das empresas que já estiveram envolvidas em pelo menos um dos grandes subprojetos do Sped no estado de São Paulo. Os resultados da pesquisa demonstraram que os respondentes não obtiveram resultados satisfatórios em termos de redução no tempo de emissão de uma nota fiscal, maior agilidade e produtividade no recebimento de mercadorias e redução na aquisição de papel. Muitos têm a perspectiva de que terão benefícios no futuro, principalmente em relação à diminuição dos riscos de fraudes e dos custos operacionais.

Rodrigues e Jacinto (2011) investigaram os benefícios e as dificuldades enfrentadas em produzir informações contábeis com transparência, qualidade e responsabilidade pelos profissionais em uma empresa. Os resultados apontaram a necessidade de estes profissionais estarem cada vez mais capacitados e habilitados para exercerem sua profissão, produzindo informações com precisão e qualidade, destacando a importância da estrutura tecnológica no envio da ECD.

Ruschel, Frezza e Utzig (2011) analisaram qual o impacto do Sped na contabilidade, identificando os desafios e as perspectivas dos profissionais contábeis frente a esse sistema. Foram coletadas e analisadas as opiniões de 41 profissionais, que atuam na sub-região do Sindicato dos Contabilistas de Chapecó, em Santa Catarina. Os resultados mostraram que o Sped tem influência direta e positiva no trabalho dos profissionais contábeis, e também se constatou que o maior impacto do Sped para os contadores está relacionado à fidedignidade e à qualidade dos dados, visto que se espera que essa modificação proporcione agilidade e clareza nos dados apresentados, sendo possível, a partir desse momento, exercer sua verdadeira função, que é assessorar seus clientes.

Silva (2012), em seu trabalho de dissertação, investigou a percepção de empresas, contadores e órgãos fiscalizadores federais e estaduais da Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG, sobre a adoção do Sped. Os resultados da pesquisa mostraram que o Sped fortaleceu o controle e a fiscalização por parte das autoridades tributárias, reduzindo a sonegação e aumentando a arrecadação, além de provocar mudanças nas práticas de escrituração contábeis e fiscais, exigindo o aprendizado de novas metodologias e técnicas.

Petri *et al.* (2013) promoveram uma pesquisa com o objetivo de revisar a implantação do Sped, com a finalidade de identificar as vantagens e desvantagens da EFD a partir da literatura. O estudo concluiu que as vantagens principais abordadas foram: as melhorias na qualidade da informação, o ganho de produtividade e a eficiência nos processos. As desvantagens principais: a dificuldade de preparação do pessoal, o custo financeiro e as mudanças na estrutura da empresa. Entre as dificuldades, podem-se citar o alto custo na implantação de sistemas de informação para a utilização do Sped e a preocupação do correto conhecimento dos contribuintes.

3 METODOLOGIA

Apresentam-se neste tópico os procedimentos metodológicos que orientam o desenvolvimento do presente trabalho. Esta seção é formada pela classificação do estudo, população e amostra, instrumento da pesquisa e análise dos resultados.

3.1 Classificação do Estudo

Quanto aos fins, esta pesquisa se classifica como descritiva, porque visou descrever as principais dificuldades e benefícios decorrentes da utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). No entender de Gil (2002, p. 46), esse tipo de pesquisa tem como objetivo “[...] a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Já quanto ao procedimento adotado, caracteriza-se como levantamento ou *survey*. Esse tipo de pesquisa é importante, uma vez que pode fornecer informações de grande utilidade para estudos futuros. Martins e Théophilo (2009) afirmam que, embora os levantamentos possam ser planejados para estudar relações entre variáveis, também são apropriados para a análise de fatos e descrições, e normalmente se estuda parte ou todos os sujeitos da pesquisa.

Utilizou-se abordagem quantitativa. Raupp e Beuren (2003) asseguram que a pesquisa quantitativa difere da qualitativa devido ao emprego de instrumentos estatísticos tanto na coleta quanto no tratamento dos dados.

3.2 População e Amostra

A pesquisa se limitou apenas aos profissionais atuantes no município de João Pessoa, contadores e técnicos que trabalham com o Sped. Dentro da população apresentada podem existir profissionais que não tenham contato com esse sistema. Dessa forma, foram considerados os que utilizam o Sped.

Diante disso, solicitou-se ao Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba (CRCPB), mediante requerimento formal, a informação referente à população da pesquisa e, conforme resposta dessa entidade, existem 2.547 contadores e 1.073 técnicos em João Pessoa.

A coleta de dados foi feita no período de 01/09/2014 a 10/10/2014, os questionários foram aplicados presencialmente em escritórios de contabilidade localizados em João Pessoa e em eventos promovidos pelo Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba. Foram coletados 273 questionários, sendo excluídos 64, que foram respondidos incorretamente ou estavam incompletos. Diante disso, a amostra final foi formada por 209 questionários válidos.

3.2 Instrumento da Pesquisa

A ferramenta de coleta de dados utilizada foi o questionário composto por duas seções: seção I – perfil socioprofissional do respondente; seção II – benefícios e dificuldades resultantes do Sped.

A primeira seção, questões de números 1 a 9, coletou informações referentes a gênero, idade, tempo e forma de atuação profissional, formação acadêmica e práticas de educação continuada.

A segunda seção é formada por itens que tratam de aspectos relacionados aos benefícios e dificuldades decorrentes da implantação do Sped; os itens apresentam uma escala de Likert de 5 pontos, em que 1 indica a total discordância e 5, a total concordância. O quadro abaixo reporta cada um desses itens.

Quadro 2 – Relação dos Benefícios e Dificuldades Resultantes do Sped.

DIFICULDADES
Escassez de pessoal qualificado
Falta de informação e suporte para dúvidas
Pouca oferta de treinamento para o contabilista
Falta de dados ou dados incompletos
Falta de conhecimento sobre Sped
BENEFÍCIOS
Maior consistência e confiabilidade na emissão/escrituração de documentos fiscais
Melhoria da qualidade da informação
Novas oportunidades de emprego e negócios
Racionalização e simplificação das obrigações acessórias
Valorização da profissão contábil

Fonte: Dados da Pesquisa.

3.3 Técnica de Análise

Quanto à técnica utilizada para análise de dados, foi usado inicialmente o teste Alpha de Cronbrach para verificar a validade do questionário aplicado. Na apreciação dos dados, foi feita análise descritiva, utilizando-se o *software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) 20*.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Identificação dos Respondentes

Com base na amostra da pesquisa, formada pelos 209 questionários válidos respondidos pelos profissionais de contabilidade (contadores e técnicos) devidamente registrados no Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba, inicialmente, as repostas obtidas foram tabuladas em planilhas do *software Microsoft Office® Excel 2010* e, em seguida, exportadas para o SPSS 20, para a análise descritiva.

A primeira parte do instrumento de pesquisa tratou das informações referentes ao perfil do respondente. Na amostra selecionada foi possível perceber que, dos respondentes válidos, aproximadamente 51,7% eram do sexo masculino, ou seja, existe certo equilíbrio quanto ao sexo dos entrevistados. Em relação à idade, as faixas etárias que apresentaram maior concentração de respondentes foram: de 31 a 40 anos, seguida de 21 a 30 anos. E a idade média dos participantes foi de 36 anos.

Quanto à escolaridade dos respondentes, a maioria era graduada (49,76%), mais de 30% possuíam especialização e apenas 2,87%, a titulação de mestre. Em relação à instituição de ensino, 65,07% haviam concluído a graduação em instituição de ensino particular e 34,93%, em instituição pública. Esta última informação pode ser justificada pela superioridade do número de instituições privadas que disponibilizam o ensino de contabilidade em relação às instituições públicas.

Tabela 1 – Perfil dos respondentes.

IDADE	N	%
21 a 30	73	34,93
31 a 40	75	35,89
41 a 50	42	20,09
51 a 60	17	8,13
Mais de 61 anos	2	0,96
Total	209	100,00
SEXO	N	%
Feminino	101	48,3
Masculino	108	51,7
Total	209	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 2 – Escolaridade dos respondentes.

ESCOLARIDADE	N	%
Doutor	–	–
Mestre	6	2,87
Técnico	36	17,23
Especialista	63	30,14
Graduado	104	49,76
Total	209	100,00
INSTITUIÇÃO DE ENSINO	N	%
Pública	73	34,93
Privada	136	65,07
Total	209	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Quando considerado o cargo ocupado pelo respondente, percebeu-se que 47,85% exerciam o de contador e 25,36% atuavam como auxiliar, havendo participação considerável de proprietários de escritórios de contabilidade (dos 209 participantes, 40 eram empresários contábeis). Já em relação ao tempo de experiência em atividades relacionadas à contabilidade, 11,48% dos participantes possuíam até 2 anos de experiência e 51,68% tinham entre 2 e 10 anos de experiência.

Tabela 3 – Cargo ocupado e tempo de experiência.

TEMPO	CARGO						TOTAL		
	Contador	Auxiliar	Auditor	Docente	Empresário Contábil	Outros	N	%	
Menos de 2 anos	9	10	–	1	3	1	24	11,48	
De 2 até 10 anos	46	34	2	1	19	6	108	51,68	
De 10 até 15 anos	13	5	1	–	6	2	27	12,92	
De 15 até 20 anos	12	3	–	1	8	1	25	11,96	
Mais de 20 anos	20	1	–	–	4	–	25	11,96	
Total	N	100	53	3	3	40	10	209	100,00
	%	47,85	25,36	1,43	1,43	19,14	4,79	100,00	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

4.2 Educação Continuada

Os entrevistados foram questionados a respeito da frequência com que participam de encontros, palestras, cursos, treinamentos e outros eventos relacionados ao Sped. Apenas 11,5% informaram não participar de eventos, 37,3% afirmaram que ao menos trimestralmente comparecem a algum evento e 22% buscavam se atualizar pelo menos mensalmente. Esse resultado pode ser representativo, indicando que os profissionais estão cada vez mais buscando aperfeiçoamento e investindo na educação continuada, o que demonstra a necessidade e a preocupação em se aprimorarem frente a um ambiente profissional em constantes mudanças.

Tabela 4 – Participação em eventos, cursos, palestras e seminários.

Frequência	N	%	Acumulado
Anualmente	58	27,8	27,8
Mensalmente	46	22,0	49,8
Não participa	24	11,5	61,2
Semanalmente	3	1,4	62,7
Trimestralmente	78	37,3	100,0
Total	209	100,00	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

4.3 Validação da Consistência Interna

A validação da consistência interna tem como propósito verificar a homogeneidade dos itens dentro da escala. Freitas e Rodrigues (2005) afirmam que um dos procedimentos estatísticos mais utilizados no processo de mensuração da consistência interna de um instrumento de pesquisa é o emprego do alfa de Cronbach.

O coeficiente alfa de Cronbach foi apresentado por Lee J. Cronbach, em 1951, como uma forma de estimar a confiabilidade de um questionário aplicado em uma pesquisa. O alfa mede a correlação entre respostas em um questionário através da análise do perfil das respostas dadas pelos respondentes (HORA; MONTEIRO; ARICA, 2010, p. 89).

Os valores do alfa variam de 0 a 1 e quanto mais próximos de 1, maior a evidência de consistência interna. Nunally (1978 *apud* HOSS; CATEN, 2010) recomenda um nível mínimo de 0,7 para o alfa de Cronbach e comenta que, para pesquisas exploratórias, o alfa pode ser reduzido para 0,6, de acordo com os dados do levantamento.

O presente estudo apresentou como resultado para o teste do alfa de Cronbach o *p-value* de 0,725, indicando que o instrumento da pesquisa tem boa confiabilidade e consistência interna conforme a literatura pertinente.

4.4 Benefícios e Dificuldades Percebidas no Pós-Sped

Por se tratar de nova metodologia de troca de informações entre empresas e fisco, o Sped tem proporcionado aos profissionais de contabilidade benefícios e dificuldades decorrentes de sua implantação. Diante disso, os participantes foram indagados a respeito de quais benefícios e dificuldades foi possível perceber no dia a dia. Esses questionamentos foram fundamentados em trabalhos que trataram dessa questão (RUSCHEL; FREZZA; URTIGA, 2011; CAMPOS, 2012; SILVA, 2012; PETRI *et al.*, 2013, FARIA *et al.*, 2010) e de informações extraídas do portal do Sped. Foi utilizada uma escala de 1 a 5, em que 1 indicou a discordância total, 5 a concordância total e 3 a indiferença. Desse modo, médias superiores a 3 indicaram concordância, enquanto médias inferiores a esta pontuação apontaram discordância com a afirmativa.

Com base na análise da Tabela 5, é possível perceber que houve concordância a respeito da percepção desses profissionais, uma vez que todas as médias foram superiores a 3. A principal dificuldade enfrentada pelos profissionais foi a escassez de pessoal qualificado, que apresentou maior média (3,94), indicando que, mesmo após quase 7 anos do processo de criação e adequação do Sped, o grande desafio enfrentado é a ausência de mão de obra qualificada, seguida pela falta de informações e suporte para dúvidas (3,69). O item que apresentou a menor média foi a falta de conhecimento sobre Sped.

Tabela 5 – Dificuldades percebidas no pós-Sped.

Dificuldades	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
Escassez de pessoal qualificado	1	5	3,94	1,15
Falta de informação e suporte para dúvidas	1	5	3,69	1,12
Pouca oferta de treinamento para o contabilista	1	5	3,55	1,15
Falta de dados ou dados incompletos	1	5	3,50	1,14
Falta de conhecimento sobre Sped	1	5	3,44	1,17

Fonte: Dados da pesquisa.

O principal benefício percebido pelos profissionais se deu com a melhoria na qualidade das informações fornecidas, que apresentou média de 3,93 (Tabela 6). A adoção do Sped resultou em maior exposição às empresas, e uma das principais preocupações passou a ser a qualidade das informações entregues, uma vez que não basta ter um arquivo validado, é preciso atentar para a qualidade das informações fornecidas, evitando, assim, a ocorrência de passivos fiscais futuros. Houve concordância a respeito da percepção desses profissionais, uma vez que todas as médias foram superiores a 3.

Tabela 6 – Benefícios percebidos no pós-Sped.

Benefícios	Mín.	Máx.	Média	Desvio-padrão
Maior consistência e confiabilidade na emissão/escrituração de docs. fiscais	1	5	3,74	1,03
Melhoria da qualidade da informação	1	5	3,93	1,09
Novas oportunidades de emprego e negócios	1	5	3,82	1,15
Racionalização e simplificação das obrigações acessórias	1	5	3,82	1,23
Valorização da profissão contábil	1	5	3,80	1,25

Fonte: Dados da pesquisa.

Um dado que chamou atenção refere-se à valorização da profissão contábil; a criação do Sped exigiu que os profissionais realizassem investimentos para operacionalizar o sistema, cursos, treinamentos e capacitação, além de

gerar aumento de sua responsabilidade, seja no envio das informações, seja nas orientações fornecidas às empresas. Diante disso, existiam dúvidas a respeito de que toda essa mudança propiciaria maior valorização da profissão, sendo que o resultado da pesquisa mostrou que os profissionais reconheceram que o Sped tem refletido essa valorização. Os profissionais vêm percebendo o Sped de forma homogênea, e isso pode ser detectado pelo valor encontrado para o desvio-padrão dos respondentes, que indica não ter havido variabilidade expressiva em torno da média, ou seja, as percepções foram similares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto Sped representa um avanço no processo de troca de informações entre o fisco e o contribuinte, com reflexos nos diversos agentes envolvidos neste processo (contador, administrador, empresário, profissional de TI, entre outros). A presente pesquisa teve como objetivo verificar quais os principais benefícios e dificuldades percebidos pelos operadores de contabilidade do município de João Pessoa, resultantes do Sped.

Para atingir o objetivo do estudo foi desenvolvido um instrumento com base em pesquisas anteriores que trataram desse mérito, e os resultados mostram que, em relação às principais dificuldades surgidas com o Sped, a escassez de pessoal qualificado apresentou maior média (3,94), seguida pela falta de informações e suporte para dúvidas (3,69) e pouca oferta de treinamento para o contabilista (3,55), indicando que o sistema representa um processo complexo, exigindo por parte dos profissionais a busca pela educação continuada, visando melhor preparação e qualificação para atender as exigências do sistema.

Quando considerados os principais benefícios percebidos pelos profissionais de contabilidade, constata-se que o Sped tem colaborado para o aumento da melhoria da qualidade das informações fornecidas pelos contribuintes, além de gerar oportunidades de emprego para estes profissionais. Devido ao grande número de informações quantitativas e qualitativas reportadas no Sped, um dos benefícios esperados com essa nova sistemática de troca de informações era a redução e simplificação das obrigações acessórias. Os profissionais de João Pessoa reconheceram que, após sete anos de implantação, o Sped tem simplificado o envio de informações ao fisco, ocasionando maior valorização da profissão contábil.

As principais limitações deste estudo estão relacionadas: às características e tamanho da amostra, uma vez que foram considerados apenas os profissionais de contabilidade do município de João Pessoa, não permitindo, assim, generalização dos achados, que se limitam apenas à amostra investigada; também à restrição do conteúdo discutido no questionário, pois outros aspectos referentes à temática investigada poderiam ter sido incluídos no questionário. Para futuras pesquisas, sugere-se: investigar outros grupos passíveis de tais reflexos, como auditores, empresários, profissionais de TI; e considerar outras questões que carecem de investigação, como o reflexo na arrecadação tributária, nos custos de conformidade tributária, e nas rotinas de trabalho resultantes do Sped.

REFERÊNCIAS

- AMARO JÚNIOR, Frederico de Souza. *Os impactos tecnológicos da implantação da nota fiscal eletrônica: um estudo de casos múltiplos*. 133 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.
- AZEVEDO, Osmar Reis; MARIANO, Paulo Antônio. *Sped – Sistema Público de Escrituração Digital*. São Paulo: IOB, 2009.
- BASU, Subhjit. E government and developing countries: an overview. *International Review of Law, Computers & Technology*, v. 18, n. 1, pp. 109-132, March 2004.
- BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional n.º 42, de 19 de dezembro de 2003. Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 20 dez. 2003.
- _____. Decreto n.º 6.022, de 22 de janeiro de 2007. Institui o Sistema Público de Escrituração Digital – Sped. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 22 jan. 2007a, edição extra.
- _____. Decreto n.º 7.979, de 8 de abril de 2013. Altera o Decreto n.º 6.022, de 22 de janeiro de 2007, que instituiu o Sistema Público de Escrituração Digital – Sped. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 9 abr. 2013a.
- _____. MINISTÉRIO DA FAZENDA. SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL. *Sistema Público de Escrituração Digital (Sped): benefícios*. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/beneficios.htm>>. Acesso em: 27 dez. 2014.
- CAMPOS, Saulo José de Barros. *Competências necessárias à implementação eficaz do Sped: percepção dos operadores da contabilidade do RN*. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.
- DUARTE, Roberto Dias. *Big Brother Fiscal III: o Brasil na era do conhecimento: como a certificação digital, Sped e NF-e estão transformando a gestão empresarial no Brasil*. Belo Horizonte: ideas@work, 2009.
- _____. *Big Brother Fiscal III: o Brasil na era do conhecimento: um guia essencial para empreendedores que vivem na “Selva Fiscal Digital”*. 3. ed. Belo Horizonte: ideas@work, 2011.
- FANG, Zhiyuan. E-government in digital era: concept, practice, and development. *International Journal of the Computer, the Internet and Management*, v. 10, n. 2, pp. 1-22, 2002.
- FARIA, Ana Cristina de; FINATELLI, João Ricardo; GERON, Cecília Moraes Santostaso; ROMEIRO, Maria do Carmo. Sped – Sistema Público de Escrituração Digital: percepção dos contribuintes em relação os impactos da adoção do Sped. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10., 2010, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2010.
- FRANCISCO, Suzana; RONCHI, Suelen Haidar; MECHSELN, Pedro José Von. Os impactos da implantação do sistema público de escrituração digital (SPED) na gestão das micro e pequenas empresas. In: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS & INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 2., 2008, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2008.
- FREITAS, André Luís Policani; RODRIGUES, Sidilene Gonçalves. A avaliação da confiabilidade de questionários: uma análise utilizan-

- do o coeficiente alfa de Cronbach. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 12., Bauru, 2005. *Anais...* Bauru: Unesp, 2005.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HORA, Henrique Rego Monteiro da; MONTEIRO, Gina Torres Rego; ARICA, José. Confiabilidade em questionários para qualidade: um estudo com o coeficiente alfa de Cronbach. *Produto & Produção*, v. 11, n. 2, pp. 85-103, 2010.
- HOSS, Marcelo; CATEN, Carla Schwengber ten. Processo de validação interna de um questionário em uma survey research sobre ISO 9001: 2000. *Produto & Produção*, v. 11, n. 2, 2010.
- LAYNE, Karen; LEE, Jungwoo. Developing fully functional e-government: a four stage model. *Government Information Quarterly*, v. 18, n. 2, pp. 122-136, 2001.
- MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. 2. ed. Atlas: São Paulo, 2009.
- MENEZES, João Paulo Calemba Batista. Governo eletrônico: introdução do SPED em Portugal baseado no modelo brasileiro DOI-10.5752/P.1984-6606.2012.v12n29p4. *Revista Economia & Gestão*, v. 12, n. 29, pp. 4-18, 2012.
- MOURA, Mônica. *Governo eletrônico e aspectos fiscais: a experiência brasileira*. Rio de Janeiro: Ipea, 2004.
- MONTEIRO, Renato Leite; CAVALCANTE, Denise Lucena. Governo eletrônico e as novas perspectivas da administração fazendária. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI. 17., 2008, Brasília. *Anais...* Brasília: Conpedi, 2008.
- NASCIMENTO, Geuma C. *Sped: Sistema Público de Escrituração Digital sem armadilhas*. São Paulo: Trevisan, 2013.
- PASSOS, Gustavo R. P. *Sped – Sistema Público de Escrituração Digital: um novo paradigma em termos de conformidade tributária*. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap), São Paulo, 2010.
- PETRI, Sérgio Murilo; KOETTKER, Bárbara Heidrich Seibert; OLIVEIRA, Tatiane Marques de; PETRI, Luana Ramos Figueiredo; CASA-GRANDE, Maria Denize Henrique. Escrituração Fiscal Digital (EFD): vantagens e desvantagens a partir da literatura selecionada. *Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC*, Florianópolis, v. 12, n. 36, pp. 53-69, ago./nov. 2013.
- RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais. In: Beuren, I. M. (org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003. pp. 76-97.
- RODRIGUES, José Rodolfo Melo Cavalcante; JACINTO, Michelane da Silva. Escrituração contábil digital, a transparência das informações e o perfil do profissional contábil. *Humanae*, v. 1, n. 4, pp. 55-67, ago. 2011.
- RUSCHEL, Marcia Erna; FREZZA, Ricardo; UTZIG, Mara Jaqueline Santore. O impacto do Sped na contabilidade: desafios e perspectivas do profissional contábil. *Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC*, Florianópolis, v. 10, n. 29, pp. 9-26, abr./jul. 2011.
- SILVA, Milton dos Santos. *As repercussões do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped: uma análise da percepção de empresas, contadores e órgãos fiscalizadores na região metropolitana de Belo Horizonte/MG*. 179 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Fundação Pedro Leopoldo. Pedro Leopoldo, MG, 2012.
- WESSLING, Grasielle. O Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) e seus impactos na gestão das informações contábeis e gerenciais. *Revista e-Estudante – Electronic Accounting and Management*, v. 3, n. 3, 2011.
- YOUNG, Lúcia Helena Briski. *Sped: Sistema Público de Escrituração Digital*. Juruá: Curitiba, 2009.